



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Solicita que seja convocada a Excelentíssima ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, para prestar esclarecimentos sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Saúde aos Estados e municípios em 2023 e 2024, incluindo possíveis indicações políticas associadas a esses repasses.

Senhor **Presidente**,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocada a Excelentíssima ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, para prestar esclarecimentos sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Saúde aos Estados e municípios em 2023 e 2024, incluindo possíveis indicações políticas associadas a esses repasses.

JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o comparecimento Excelentíssima ministra da Saúde, Senhora Nísia Trindade, para prestar

Apresentação: 12/04/2024 16:42:18.957 - CFFC

REQ n.91/2024





esclarecimentos sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Saúde aos Estados e municípios em 2023 e 2024, incluindo possíveis indicações políticas associadas a esses repasses.

Isto porque, conforme noticiado¹, o governo Lula distribuiu mais de 8 bilhões de reais do Ministério da Saúde a estados e municípios em troca de apoio político no Congresso em 2023, registrou O Estado de S. Paulo. Em nome da política, a pasta comandada por Nísia Trindade ignorou critérios técnicos, enviando para algumas cidades mais recursos do que conseguem gastar, enquanto outras ficaram sem nada. Segundo o jornal, o Ministério da Saúde estourou o limite imposto pela própria pasta para cada município, carimbando repasses como emergenciais em vez de classificar a verba como emenda parlamentar. Inicialmente, a verba que seria distribuída pela pasta de Nísia Trindade era equivalente a 3,5 bilhões de reais, herdados do orçamento secreto. Contudo, ao longo de 2023, mais dinheiro foi adicionado ao montante, como 4,3 bilhões de reais aprovados pelo Congresso para compensar perdas de arrecadação e 241 milhões de reais de emendas de bancada.

Do total, cerca de 5 bilhões de reais foram destinados a procedimentos de média e alta complexidade, como cirurgias, exames e atendimentos médicos complexos. O restante foi destinado à atenção básica, incluindo a manutenção de postos de saúde e gastos com equipes de agentes comunitários.

“Em documentos oficiais, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, negou que os 8 bilhões de reais tenham sido objeto de negociações com parlamentares, mas no Congresso o assunto é tratado com naturalidade. Os encontros aparecem até mesmo na agenda oficial de autoridades da pasta. Integrantes do ministério e parlamentares confirmaram a existência de indicações políticas para destinar os

1 <https://www.conexaopolitica.com.br/executivo/sob-lula-ministerio-da-saude-infla-repasses-para-dengue-e-distorce-dados-para-minimizar-impacto-da-doenca-diz-jornal/>





recursos", afirma o jornal.

Ao alegar emergência, os repasses para procedimentos de alta e média complexidade em 651 municípios excederam os limites estipulados pelo ministério. Em 20 desses municípios, o excedente foi superior a 1.000%. Enquanto algumas prefeituras receberam verbas bem acima de sua capacidade de entrega desses serviços, outros 1.332 municípios ficaram sem recursos, apesar de terem feito solicitações na mesma portaria.

A disparidade na distribuição de verbas pelo Ministério da Saúde é evidente em dois municípios goianos. São João da Paraúna, com apenas um posto de saúde e sem hospitais para seus 1.744 habitantes, recebeu 1,25 milhão de reais em novembro para procedimentos de alta e média complexidade. Por outro lado, Rio Verde, com uma população de 225,7 mil, não obteve nenhum recurso dos 126,7 milhões de reais solicitados para custear procedimentos especializados. O valor destinado a São João da Paraúna ultrapassou o total gasto pela administração municipal com assistência hospitalar e ambulatorial em 2023, que foi de cerca de 187 mil reais.

Conforme reportado pelo Estadão, a alocação dos recursos da Saúde foi dirigida pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, padrinho político de Nísia Trindade. Apesar de, oficialmente, os repasses serem baseados em propostas de estados e municípios avaliadas por técnicos do ministério, na prática, a distribuição dos recursos foi influenciada pela negociação política com o Congresso, sob a liderança de Padilha.

Os elos entre os dois ministérios são Mozart Sales, assessor especial de Padilha, e Swedenberger Barbosa, conhecido como Berge, secretário-executivo da Saúde e membro histórico do PT, com laços com Lula e José Dirceu.





Com efeito, a revelação dessa prática questionável na distribuição de recursos para saúde é profundamente preocupante e reflete um desvio alarmante dos princípios de equidade, transparência e eficiência que devem pautar a gestão pública, especialmente em uma área tão fundamental quanto a saúde. Quando a alocação de recursos para procedimentos de alta e média complexidade se desvincula das necessidades reais da população, baseando-se em critérios políticos ou barganhas, compromete-se não apenas a integridade do sistema de saúde, mas a própria vida das pessoas que dependem desses serviços essenciais.

A situação descrita, em que municípios com demandas reais e urgentes por serviços de saúde são preteridos em favor de outros, possivelmente por motivações políticas, é inaceitável, porquanto que tal prática não apenas desrespeita os direitos dos cidadãos ao acesso igualitário e justo a serviços de saúde de qualidade, mas também mancha a credibilidade das instituições envolvidas.

Destarte, diante dessas questões, apresentamos este requerimento para que sejam prestados esclarecimentos sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Saúde aos Estados e municípios em 2023 e 2024, incluindo possíveis indicações políticas associadas a esses repasses.

Sala da Comissão, em _____ de _____
de 2024.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

